



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

## LEI Nº 5.663 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

*“Autoriza a Concessão de Direito de Uso do Imóvel que especifica e dá outras providências”.*

**FERNANDO OCTAVIANI**, Prefeito Municipal de Agudos, Estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito de uso, mediante processo licitatório sobre o imóvel abaixo descrito:

I - Localizado a 56,16 metros do eixo da Rua João Batista Garbino como quem de frente para a Rua Olímpio Rondina olha para o imóvel confrontando com a citada; medindo 30,00 metros de frente de quem da já citada rua olha para o imóvel; 59,44 metros pelo lado esquerdo confrontando com o imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos, concedido a Delazari Transporte Rodoviário LTDA; 59,26 metros com o imóvel a direita de propriedade da Prefeitura Municipal de Agudos, concedido a Boss Soluções Sustentável; 30,00 metros pelos fundos de quem de frente com a Rua Olímpio Rondina olha para o imóvel confrontando com o imóvel de cadastro municipal nº 13.49.12 de propriedade de Caredam Indústria e Comércio; desta forma perfazendo uma área de 1.780,50 m<sup>2</sup>.

**Art. 2º** - A concessão será outorgada mediante licitação pelo prazo de 05 (Cinco) anos, renovável por igual período sucessivo, devendo a municipalidade informar a concessionária com antecedência mínima de 06 (seis) meses no que diz respeito à renovação, e havendo interesse público por parte da Administração concedente, devendo constar do instrumento de outorga as seguintes cláusulas:

I – A concessionária deverá dar início às obras no local no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ficando estabelecido o prazo limite de 02 (dois) anos para início das atividades, e funcionar no local pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, sob pena de reversão do imóvel ao domínio de conceder, independente de indenização pelas benfeitorias introduzidas;

II – A concessionária só poderá transferir o imóvel para terceiros mediante autorização expressa da concedente;

III – A concessionária só poderá usar o imóvel concedido para funcionamento de suas atividades, vedada a trestinação para outras finalidades;

IV – A concessão será gratuita, ficando a concessionária obrigada a executar as obras necessárias à sua conservação, tais como controle de erosão, entre outras;

V – Que ao término, à concessionária deverá restituir o imóvel à



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

concedente, no estado em que se encontrar, inclusive com as benfeitorias úteis e necessárias introduzidas e/ou construídas pela concessionária, independente de indenização;

**VI** – Caso a concedente vier a revogar a concessão ou retomar o imóvel, antes do término do prazo de concessão, deverá indenizar as benfeitorias úteis e necessárias nele introduzidas e/ou construídas pela concessionária;

**VII** – A concessionária ficará obrigada a obedecer toda a legislação municipal, especialmente com referência à ocupação de mão de obra residente no Município de Agudos, sob pena de rescisão contratual;

**VIII** – No caso de encerramento das atividades da concessionária por não obediência das normas legais ou contratuais, bem como no caso de falência, a concedente ficará isenta de indenização pelas benfeitorias introduzidas, podendo exercer o direito de retenção no caso de alienação judicial;

**IX** – Deverá proceder o registro de todos os veículos de propriedade da Concessionária no Município de Agudos, no prazo máximo de 01 (um) ano a contar da assinatura do termo de concessão, sob pena de revogação da concessão.

**X** – Empregar 70% (setenta por cento) da mão de obra dentre os moradores do Município de Agudos, na forma da Lei 4.675/2014, sob pena de revogação da concessão;

**XI** – Caso não exista mão de obra qualificada dentre os moradores do Município de Agudos deverá a concessionária promover o treinamento e qualificação de mão de obra local, até que atinja o limite estabelecido na Lei nº 4.675/2014, no prazo máximo de 03 (três) anos contados da expedição do alvará de funcionamento fornecido pelo Município de Agudos/SP, sob pena de revogação da concessão.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Agudos, 12 de dezembro de 2022.

**FERNANDO OCTAVIANI**  
Prefeito Municipal

Publicado em: **12 de dezembro de 2022**  
Página: **14 a 15 Diário Oficial Eletrônico de Agudos.**